



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

# **Incidente de Julgamento de Recurso de Revista e de Embargos Repetitivos**

## **0020040-50.2023.5.04.0231**

**Relator: ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES**

**Tramitação Preferencial**  
- Acidente de Trabalho

**Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 13/01/2025

**Valor da causa:** R\$ 68.000,00

**Partes:**

**SUSCITANTE:** Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**SUSCITADO:** TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**AGRAVANTE:** TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**AGRAVADO:** JEFERSON SILVEIRA DA SILVA

**RECORRENTE:** TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**ADVOGADO:** LEONARDO RUEDIGER DE BRITTO VELHO

**ADVOGADO:** ALFEU DIPP MURATT

**RECORRIDO:** JEFERSON SILVEIRA DA SILVA

**ADVOGADO:** DIEGO DA VEIGA LIMA

**CUSTOS LEGIS:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

**PROCESSO Nº TST-IncJulgRREmbRep - 0020040-50.2023.5.04.0231**

**SUSCITANTE : Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho**

**SUSCITADO : TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

**AGRAVANTE : TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**

**AGRAVADO : JEFERSON SILVEIRA DA SILVA**

**RECORRENTE : TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**

**ADVOGADO : Dr. ALFEU DIPP MURATT**

**ADVOGADO : Dr. LEONARDO RUEDIGER DE BRITTO VELHO**

**RECORRIDO : JEFERSON SILVEIRA DA SILVA**

**ADVOGADO : Dr. DIEGO DA VEIGA LIMA**

**CUSTOS**

**LEGIS : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

GMFG/ac

## **DECISÃO**

O Tribunal Superior do Trabalho, em sessão plenária ocorrida em 24/02/2025, acolheu por unanimidade a proposta de afetação do presente Incidente de Recurso Repetitivo (IRR), apresentada pelo Ministro Presidente Aloysio Corrêa da Veiga, nos termos dos arts. 896-C da CLT e 280 a 297 do RITST.

Verifica-se no acórdão de fls. 1897/1902 que a questão da incidência de redutor nas condenações ao pagamento de pensão vitalícia em parcela única, decorrente de incapacitação permanente de empregado, por acidente de trabalho ou doença ocupacional, é objeto de múltiplos recursos. A totalidade das Turmas do Tribunal e a SBDI-1 vêm decidindo pela possibilidade de aplicação de deságio, entretanto, ainda existem decisões regionais que o afastam.

Em observância ao art. 284, I, do RITST, incumbe ao relator do IRR identificar precisamente a questão jurídica que será submetida a julgamento:

**No arbitramento de indenização, em parcela única, referente à pensão vitalícia por incapacitação permanente do empregado, por acidente de trabalho ou doença ocupacional, com fulcro no art. 950, parágrafo único, do Código Civil, deve o juiz aplicar um redutor do quantum indenizatório?**

Conforme facultam os arts. 896-C, § 5º da CLT e 284, II, do RITST, poderá o relator determinar a suspensão dos recursos de revista e/ou de embargos que versem sobre a matéria afetada. Por ora, **deixo de determinar a aludida suspensão** em atendimento ao princípio constitucional da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF/88).

Determino, por fim:

a) sejam expedidos ofícios aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho para que, no prazo de 15 (quinze) dias, prestem informações que julgarem relevantes a respeito da questão controvertida e remetam até dois recursos de revista que representem o tema;

b) seja expedido edital com prazo de 15 (quinze) dias para que pessoas, órgãos ou entidades interessadas apresentem manifestações escritas, podendo, ainda, requerer fundamentadamente sua admissão como *amicus curiae*;

c) sejam o Ministro Presidente do Tribunal, bem como todos os demais Ministros da Corte, cientificados da presente decisão de afetação através de ofícios, para as eventuais providências cabíveis;

d) cumpridas as providências anteriores e decorridos todos os prazos seja concedida vista dos autos ao Ministério Público do Trabalho, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 9 de maio de 2025.

**FABRÍCIO GONÇALVES**

**Ministro Relator**

